

TRABALHO E CUIDADO: A BALANÇA DE UM PESO E DUAS MEDIDAS ACERCA DAS MULHERES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Angélica Ferreira de Freitas*¹

Isabela Klank**²

Sirlene Moreira Fideles***³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar como a desigualdade social, especificamente no que abrange a mulher, afetou a jornada de trabalho e o cuidado domiciliar, com o lar e a família, durante a pandemia da COVID-19. O estudo é pautado na análise de dados secundários, com uma revisão bibliográfica na temática e possui natureza qualitativa e descritiva. Desta forma, o texto demonstra que, durante esse período de isolamento, a mulher ficou mais susceptível ao desemprego e à violência doméstica, resultando, de certa forma, na reprodução do patriarcalismo. Conclui-se que a pandemia agravou, ainda mais, a situação precária em que se encontra a mulher em nossa sociedade, desvalorizando o seu potencial perante o mercado de trabalho, bem como seu papel redobrado que a mesma possui ao cuidar também de seu lar e familiares durante esse período emergencial.

Palavras-chave: Mulheres. Pandemia. Trabalho. Cuidado. Desigualdade.

* Graduada em Direito pela Universidade Federal de Jataí (UFJ) - Jataí-Goiás. Endereço residencial: Rua Clodoaldo Rezende, nº 14, Setor Geda, Casa 01 - CEP: 75801-230. E-mail: angelicaferreirafreitasufj@gmail.com

** Graduada em Direito pela Universidade Federal de Jataí (UFJ) - Jataí-Goiás. Endereço residencial: Rua Deputado Honorato de Carvalho, Qd.17, Lt. 03, Cohacol 5- CEP: 75802-436. E-mail: isaklank16@hotmail.com

*** Doutoranda em Direito pelo IDP. Mestra pela UCDB. Docente do curso de Direito da Universidade Federal de Jataí (UFJ) - Jataí-Goiás Endereço para correspondência: Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal de Jataí, Campus Riachuelo. Rua Riachuelo nº 1530 - Setor Samuel Grahán, Jataí - GO, 75804-020 – E-mail: sirlenefideles@ufj.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) foi, sem dúvida, um marco negativo para a população mundial, alterando as dinâmicas de vida, trabalho e cuidados na sociedade. Entre tantas dimensões de desigualdades que foram evidenciadas nesse momento histórico, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados pelas mulheres foi uma das questões mais drásticas no país.

Essa questão aparece com mais destaque justamente em um momento em que o cuidado voltou a se concentrar nos domicílios, dada a necessidade de interromper o funcionamento presencial de instituições fundamentais, como escolas, creches etc.

É notório que sempre houve desigualdade, e muita, na ocupação de espaços privados e públicos de trabalho pelas mulheres, historicamente construídos e, ainda hoje, reforçados pela sociedade capitalista dependente, patriarcal, machista, racista, sexista e capacitista em que vivemos. Destarte, a pandemia reforçou as nuances de todas essas desigualdades pois, em um primeiro momento, as mulheres tiveram que abandonar seus empregos para cuidar da casa, dos filhos e da família, devido ao fechamento de creches e escolas, além do cuidado com idosos, deficientes e demais pessoas integrantes do seio familiar.

Consoante esse entendimento, o objetivo do presente artigo é o trabalho executado por mulheres durante o período de pandemia do novo Coronavírus. Com ênfase no labor doméstico e de cuidado, bem como as violências sofridas pelas mulheres dentro de seus lares, ou seja, em locais onde deveriam estar protegidas pelo menos das violências físicas, morais e psicológicas, vez que a questão patrimonial, imposta pelas questões de classe, raça, sexismo, capacitismo e desemprego, se faziam presentes nesse funesto período, de tantas fragilidades.

Para isso, utilizaremos os dados estatísticos disponíveis, levantamento de artigos e trabalhos científicos no *Google* acadêmico, com uma revisão bibliográfica na temática e, como metodologia, a pesquisa qualitativa-descritiva.

Os resultados pretendidos e encontrados ao final confirmam que a pandemia aumentou o pré-existente abismo da desigualdade de gênero em nosso país; o

trabalho e o cuidado foram uma balança desequilibrada, que se tornou um desafio para as mulheres durante o período da pandemia de COVID-19. E nos deparamos com referenciais teóricos que giraram em torno do capitalismo, patriarcalismo, racismo, sexismo, capacitismo e como eles afetaram e continuarão afetando marcadores sociais, como gênero, classe e raça. Aqui, em destaque, o capacitismo do trabalho em torno das pessoas com deficiência. E, por fim, a violência contra a mulher como uma “pandemia antiga”, mas que nesse contexto, foi uma das formas brutais de reforçar o esgotamento feminino.

2 PANDEMIA: PODERIAM SUAS CONSEQUÊNCIAS SEREM VESTIDAS DE MULHER?

A pandemia do Covid-19 gerou dificuldades para todas as pessoas, independentemente de orientação sexual. Entretanto, as mulheres foram as mais impactadas pelas consequências não letais do vírus. Elas enfrentaram o trabalho remunerado e não remunerado, pois estiveram à frente nos sistemas de saúde, como enfermeiras, médicas, auxiliares de limpeza, além de cuidar de suas casas, filhos, maridos e demais pessoas que coabitavam nesses espaços. Com isso, foram ampliados os riscos à saúde, os problemas econômicos, o desemprego e as diversas formas de violências.

Segundo dados do Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI), do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), "em todo o mundo, as mulheres realizam muito mais trabalho de cuidado do que os homens - até dez vezes mais" (2020, p. 2).

A referida Organização (2020), ainda, aponta que as mulheres são as que mais sofrem com as crises, pois perdem empregos, diminuem ou perdem totalmente a renda, além de dificuldades severas para acessar direitos sociais e previdenciários. Segundo Simone de Beauvoir (1949) “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Dessa maneira, percebe-se que a mulher foi uma das mais afetadas na maior crise de saúde do Século XXI, que é pandemia de COVID-19.

Mas como tudo isso se iniciou?

O ano de 2020 levou toda humanidade para rumos antes inimagináveis. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou mundialmente o surto do Novo Coronavírus e que ele constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). A partir de então, uma crise de emergência na saúde, sem precedentes e com intensos reflexos na economia, no trabalho e na circulação de pessoas em todo o mundo passou a ser realidade; o que antes parecia plausível ou apenas fictício, cinematográfico ou literário, se tornou vida real. (SANTOS; SILVA, 2021).

Um vírus invisível e extremamente agressivo; assim era nos apresentado o COVID-19. Em 11 de março de 2020, a OMS divulgou que o COVID-19 se configurava como uma *pandemia*. A nomenclatura não foi empregada para dimensionar a gravidade da doença, mas sim, como ela se constituía geograficamente e sua evolução, com a existência do surto em vários países e localidades do mundo, ou seja, uma doença com dimensão planetária. (SANTOS; SILVA, 2021).

Então, em vários países, começaram as recomendações de segurança sanitária para que suas populações não fossem contaminadas sendo, uma delas, talvez a principal, o ato de permanecer em casa, respeitando aquilo que seria a mais eficiente arma de combate ao vírus: o isolamento social. Essa medida teve impactos profundos nas atividades laborais pois o impedimento das pessoas em estar fisicamente nos seus locais de trabalho ou de ir atrás de seu sustento, com a recomendação de não se sair de casa, por mais que fosse extremamente necessária, transformou-se numa mola propulsora de evidências das fragilidades de grupos humanos que já exerciam atividades precarizadas antes; no novo contexto, esses grupos poderiam perder aquilo que, de alguma forma, assegurava sua sobrevivência. As mulheres eram, e continuam sendo, parte desse arranjo social que já lida, cotidianamente, com a desigualdade em períodos ditos “normais”; em tempos de pandemia isso foi agravado (SANTOS; SILVA, 2021).

A Organização das Nações Unidas (ONU) - Mulheres, em 2020, destacou que as mulheres seriam essenciais na luta contra a pandemia, mas da mesma forma já previa que elas seriam imensamente afetadas pela crise. Costumeiramente, ouvimos por diversas ocasiões, naquele ano, que esse vírus igualou os humanos; que não

escolhia ricos ou pobres, homens ou mulheres, seja qual fosse a faixa etária (o idoso inicialmente era o grupo de maior risco e que deveria ser preservado), fosse qual raça ou credo. Entretanto, as estatísticas elucidaram que as consequências foram bastante desiguais dependendo de quem o indivíduo era, onde morava e das necessidades que enfrentava. (ONU MULHERES, 2020).

Mendes (2020) afirmou que o vírus pode até ser “democrático”, como foi amplamente afirmado pela mídia, mas suas consequências, não. Ainda assim ousamos discordar que o vírus é “democrático”, pois as pessoas de classe média/alta ficaram em seus lares sem risco de contaminação, salvos pelo trabalho doméstico que enfrentava transporte coletivo para chegar a esses lares. No meio de tudo, pontos de transporte coletivo com aglomerações, conduções lotadas e pouca ou nenhuma preocupação com essas pessoas. Nesses casos, as trabalhadoras domésticas continuaram trabalhando, vez que essa atividade não foi beneficiada com nenhum decreto ou lei, ou seja: a elite não poderia ficar sem “suas” empregadas para cuidar da casa, da comida, das roupas e demais atividades ligadas às lides domésticas.

Para as mulheres, marcadamente, tais desigualdades resultaram em alarmantes e robustas dificuldades. Porém, se evidenciarmos a divisão sexual do trabalho, desde seus primórdios e ao longo da história da humanidade, perceberemos que se estabeleceu uma ordem social que resultou na dominação e exploração da mulher pelo homem, desde então. Essa subordinação atravessou os tempos apoiada em ideais patriarcais, machistas e conservadores, e persiste como força estruturante da sociedade até hoje. Para compreender os processos que determinam essas desigualdades de gênero, faz-se necessário situar historicamente as categorias do patriarcado, capitalismo, racismo, sexismo e capacitismo que, de acordo com Saffioti (1987), se articulam e perpetuam a hierarquia das relações de poder dos homens em detrimento das mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007, RAMOS, 2009, ALVES, 2016 apud SANTOS; SILVA, 2021).

A mulher sempre teve uma divisão desigual de seu tempo, tanto de trabalho, quanto de descanso, pois as situações sempre aconteciam entre dois eixos principais: as atividades de produção e as de reprodução. Isso não mudou com o tempo; as mulheres, ainda na atualidade, são sobrecarregadas com os afazeres da reprodução

(trabalho não remunerado), e os homens ficam com maior disponibilidade para as atividades da produção (trabalho remunerado). Partindo de uma esfera de predileção, os homens carregam a liberdade de escolha. Já as mulheres, apenas de acolher e cuidar, conforme foi feito por suas ancestrais. (CARVALHO; CAVALCANTE; ALMEIDA; BASTOS, 2008).

Analisando a participação da mulher no mercado de trabalho ao longo do processo histórico, vimos, sempre, que as mulheres cumpriram e continuam a cumprir jornadas de trabalho duplas ou triplas: o trabalho extradomiciliar e os afazeres domésticos que envolvem cuidados com os filhos, idosos, marido e demais pessoas que coabitam a mesma morada. Essa dupla jornada torna-se mais visível na sociedade moderna, em que participar do mercado de trabalho quase sempre significa trabalhar fora de casa, com as complexidades que essa condição introduz no cuidado dos filhos e do lar. (CARVALHO; CAVALCANTE; ALMEIDA; BASTOS, 2008).

A realidade brasileira é absolutamente discriminatória ao se tratar do mercado de trabalho, das permanências culturais e sociais da divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo. A desigualdade de gênero na educação, por exemplo, nos demonstra a complexidade do sistema injusto em que estamos inseridos. As mulheres são hoje maioria das concluintes dos cursos de graduação, mas como face contrária da mesma moeda, continuam apresentando as menores taxas de participação no mercado de trabalho formal, sendo que a maioria continua a ocupar as maiores porcentagens na informalidade das relações trabalhistas e recebendo salários mais baixos que os dos homens (ALVES, 2016).

As mulheres têm acesso a menor remuneração e piores coberturas sociais, ganham em média cerca de 25% menos que os homens, mesmo com cargos e qualificação semelhantes. A presença das mulheres no mercado de trabalho no Brasil não significou a construção da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. E, neste momento, o cruzamento das duas esferas (produtiva e doméstica) diante da pandemia escancara a sobrecarga de trabalho das mulheres ao longo dos tempos (MELO, 2020 apud SANTOS; SILVA, 2021).

2.1 O CUIDAR E O CUIDADO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E CAPACIDADE?

Segundo uma pesquisa, realizada por Gênero e Número e SOF (Sempreviva Organização Feminista), que procurou entender as dimensões do trabalho e da vida das mulheres durante a pandemia, diversos resultados foram encontrados. Essa pesquisa teve como principais eixos os efeitos da crise da saúde, do isolamento social sobre o trabalho, a renda, a sustentação financeira contemplando o trabalho doméstico e de cuidado realizado de forma não remunerada no interior dos domicílios. A pesquisa indicou como as desigualdades raciais e de renda marcaram a vida e o trabalho das mulheres na pandemia, bem como a diversidade de experiências de mulheres rurais e urbanas e aquelas que possuem algum tipo de deficiência.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) “quase 8,5 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho no terceiro trimestre, e sua participação caiu para 45,8%, o nível mais baixo em três décadas”.

Nesse contexto, as mulheres que são mães solo somam mais de 11,5 milhões” no país e ampliaram, sobremaneira, as dificuldades em razão do fechamento de escolas e creches (IBGE, 2021).

Entre os dados colhidos pelas entidades pesquisadoras, alguns chamam atenção: 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia; no caso das mulheres que vivem na zona rural, esse número chegou a 62% das mulheres entrevistadas; entre as negras, 52%; as brancas, 46% e as indígenas e amarelas, 50% (SOF, 2020, p. 11).

O cuidado assume papel preponderante na vida das pessoas. Assim:

Essa dimensão que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios. Não deu certo até aqui sendo assim. A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus. (SOF, 2020, p. 11)

Tornou-se evidente que o cuidado foi uma das maiores demandas que as mulheres tiveram na pandemia. Em um momento de crise global podemos sentir que houve uma crise de cuidado.

O cuidado é concebido nas sociedades mercantilizadas como um não trabalho, sacrifício inerente ao gênero feminino, quando na realidade existe um mundo inteiro de atividades humanas fora do terreno iluminado dos mercados [...]. Assim como o público excluiu as mulheres, nas sociedades mercantilizadas a mão invisível do mercado ocultou a reprodução ampliada da vida, base necessária para o funcionamento social (CAROSIO, 2007, p. 169).

O cuidar e o cuidado não seriam uma questão de gênero? Historicamente, o saber a respeito da cura foi tratado como feitiçaria durante a Idade Média e levou inúmeras mulheres à fogueira, acusadas de serem bruxas e perseguidas por qual fossem suas atitudes, consideradas desvirtuadas. Hoje, curar e cuidar parecem ter sido historicamente separados, restando à mulher papéis complementares do cuidado com a saúde, ao passo que aos homens se atribuem papéis mais valorizados, de detentores do poder e da manutenção social. Poder-se-ia, também, aplicar uma visão diferente nessa separação dos cuidados, dado que homens e mulheres sempre se dividiram entre o saber prático e o saber teórico, entre pensar no outro, de forma interna, íntima e privada, e pensar sobre o mundo, de maneira externa e pública (CARVALHO; CAVALCANTE; ALMEIDA; BASTOS, 2008).

Na mesma pesquisa mencionada, 72% das entrevistadas afirmaram que houve um aumento da necessidade de monitoramento e acompanhamento dentro de casa; são essas mulheres as responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Essa é uma dimensão do cuidado muitas vezes invisível, pois não se trata de uma atividade específica como é o auxílio na alimentação, por exemplo. Em casa, os tempos de cuidado e os tempos de trabalho remunerado se sobrepõem e se confundem no cotidiano das mulheres.

Se aplicarmos a temática do cuidado com as pessoas com deficiência, teremos complexas camadas de entendimento; se acrescentarmos o grupo de mulheres com deficiência, ainda mais diversos entendimentos surgirão.

Ao longo dos anos, as práticas de cuidado foram delegadas à benevolência de instituições filantrópicas e de pessoas, muitas vezes religiosas, que acolhiam os indivíduos com deficiência, retirando-os da vida em sociedade por acharem que assim estariam protegidos ou privando essas pessoas do mundo por vergonha dos mesmos não seguirem o “padrão da normalidade” imposta. Muitos foram perenemente

institucionalizados, sem direito de escolha sobre suas vidas. Não existiam políticas públicas, nem ao menos responsabilidade do Estado, tornando-se, assim, as famílias e os próprios sujeitos que vivenciavam a experiência da deficiência, os únicos responsáveis pela promoção da saúde e da participação social. (BOCK; GOMES; BECHE, 2020).

[...] o cuidado não é um princípio somente acionado em situações de crise da vida, como a doença, por exemplo. O cuidado e a interdependência são princípios que estruturam nossa vida coletiva e, ainda hoje, são considerados valores femininos e, por isso, pouco valorizados (DINIZ, 2003, apud BOCK; GOMES; BECHE, 2020).

Desta forma, temos resquícios de tais ideologias até os dias atuais. Se alguns direitos foram conquistados, pouquíssima é a valorização e menor ainda o respeito aos mesmos. Durante a pandemia, o papel do cuidado a essas pessoas também foi reforçado pela exclusão ou dependência. As PcD's (Pessoas com Deficiência) foram incluídas no grupo de risco diante da pandemia, reconhecendo que a condição de deficiência colocava essa população em maior risco de infecção pela Covid-19. Isso significa dizer que todas as condições para a proteção social desses indivíduos deveriam ser implementadas; no entanto, não foi o que aconteceu. (BOCK; GOMES; BECHE, 2020).

O isolamento social revelou as vulnerabilidades, dependências e mazelas. Muitas dessas dependências, desnecessárias e situacionais, poderiam ser minimizadas se houvesse um olhar social e não capacitista, no qual todas as pessoas são interdependentes:

[...] a autonomia como interdependência nos permite reposicionar também a dimensão de ajuda em nossas relações, sem que isso desqualifique o processo da autonomia – se somos todos interdependentes, todos nós precisamos de ajuda. Pedir ajuda não é uma ação apenas cabível, mas imprescindível. (GAIGHER, 2018 apud BOCK; GOMES; BECHE, 2020).

Uma das formas de interpretar o predomínio e a prevalência de mulheres no papel de cuidadoras é a sua posição social subordinada, fenômeno recorrente, pelo menos, desde as sociedades agrícolas e pastoris da Antiguidade. Pode-se pensar que, devido a seu *status minus* na hierarquia social, as mulheres recebiam atribuições e tarefas menos valorizadas socialmente, por não serem produtoras de valores de troca.

Ainda assim não é fácil compreender porque as mulheres continuam a assumir, majoritariamente, as tarefas básicas de cuidado, mesmo quando participam da produção de bens de troca, o que nas classes menos favorecidas é uma constante, desde sempre, na história humana, em maior ou menor grau. Nas sociedades contemporâneas, muitas mulheres de classe média e alta trabalham em regime integral, se responsabilizando pelos filhos e pela administração doméstica. No entanto, direta ou indiretamente delegam o cuidado dos filhos e da casa a uma outra pessoa, seja ela familiar, empregada ou educadora de creche, tipicamente também mulheres, preponderantemente.

2.2 O TRABALHO E A FALTA DELE: FRAGILIDADE JÁ EXISTENTE OU APENAS UMA EVIDÊNCIA MAIS PROFUNDA?

A sociedade brasileira passou e continua passando por inúmeras dificuldades acerca do enfrentamento da pandemia, referente ao COVID-19. Assim, tornou-se um desafio manter os recursos básicos para a sobrevivência, dentre eles: saúde, energia, água e alimentação. Partindo desse pressuposto, um imenso reflexo dessa dificuldade foi o crescente número de desempregados e desempregadas no Brasil.

Com o fechamento de postos de empregos, aumentou o índice de desigualdade social, principalmente entre as mulheres.

[...] os problemas do mundo do trabalho referentes às distorções de tratamento entre os gêneros são muito graves. São fraturas estruturais, ainda não adequadamente reparadas pela sociedade, que corroboram com a aparição de uma vulnerabilidade estritamente feminina no cotidiano laboral, traduzida na forma de condições mais precárias, maior rotatividade nos empregos, superior índice de contratação em forma temporária, números mais elevados de informalização, desemprego, etc. (UCHÔA, 2016, p. 91).

Durante a fase mais aguda da pandemia do COVID-19, o trabalho formal acabou se transformando em um “privilégio” para as mulheres. O fechamento do comércio e trabalho em condições geralmente precárias, desempenhadas pelas mesmas, fizeram com que fossem as primeiras a serem demitidas ou remanejadas para o trabalho em casa (à distância). Em várias situações necessitaram pedir demissão para cuidar dos filhos, idosos e pessoas com deficiência.

Com isso, o trabalho em casa, denominado *home office*, se tornou inviável à grande parcela das mulheres, pois compartilhar o mesmo espaço de trabalho com o cuidado do lar e familiares fez-se uma tarefa demasiadamente difícil. Interessante notar, que mesmo com a presença dos homens nos lares, a grande responsabilidade do zelo e demais tarefas domésticas ainda recai sobre a mulher devido ao machismo estrutural que está arraigado em nossa sociedade.

Por outro lado, muitas mulheres que trabalhavam como domésticas também perderam seus postos de trabalho, pois vários empregadores perderam as condições de manutenção dos pagamentos de seus salários.

No Brasil, o trabalho doméstico remunerado constitui uma das maiores forças de trabalho das mulheres. De acordo com a ONU Mulheres, cerca de 90% de um total de 6 milhões de profissionais são do sexo feminino. Dentre as trabalhadoras, 60% são mulheres negras e menos de 40% têm carteira assinada. (ONU MULHERES, 2020).

São as trabalhadoras domésticas e negras um dos grupos mais vulneráveis às incertezas causadas pela pandemia. A própria situação do amplo uso dessa mão de obra no Brasil revela as amplas desigualdades de gênero, classe, raça e capacidade, tanto que, uma das primeiras mortes por Covid-19 no Brasil foi justamente de uma empregada doméstica. A mulher tinha 63 anos e trabalhava no Rio de Janeiro, no bairro do Leblon (um dos mais caros da cidade) e andava semanalmente, mais de 100 km de distância para chegar ao trabalho. A senhora, que trabalhava durante a semana, e até mesmo dormia no trabalho, contraiu a doença ao cuidar da patroa que regressara da Itália (que naquele momento da pandemia era o país mais atingido pelo vírus). A morte se tornou destaque na imprensa de todo o país. Este caso foi inclusive levado ao Ministério Público do Trabalho para verificar se caberia investigação. O Procurador Chefe do Ministério Público do Rio de Janeiro destacou a necessidade do empregador preservar a saúde do trabalhador, inclusive da trabalhadora doméstica, o que não foi feito como deveria (SANTOS; SILVA, 2021).

Outro caso que serviu para elucidar tais situações foi a morte do menino Miguel. Enquanto sua mãe, empregada doméstica, estava passeando com o cachorro da família, o garoto caiu do nono andar de um condomínio de luxo no Recife. As imagens veiculadas na mídia mostram a entrada do garoto, sozinho, no elevador que estava

localizado no quinto andar e a patroa da mãe da criança apertando o botão do elevador que levava para a cobertura. Ao ser presa, após a veiculação das referidas imagens, a mulher pagou fiança de R\$20 mil reais e logo em seguida foi liberada para responder ao inquérito em liberdade, fato que gerou diversas manifestações por justiça e contra o racismo. No entanto, para efeito deste trabalho, destacamos a condição de trabalho da mãe do menino Miguel, empregada doméstica, que, mesmo no período de quarentena, teve que levar seu filho para o local de trabalho, por ser mãe solo, as escolas estarem fechadas e sem condição financeira para pagar outra mulher para cuidar do seu filho (SANTOS; SILVA, 2021).

Mas há ainda um modelo que ganha peso na análise que aqui fazemos, o modelo da delegação, que substitui ou se sobrepõe ao modelo da conciliação vida familiar/vida profissional. Tal modelo decorre do crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; as mulheres têm simultaneamente a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. A delegação oferece 'soluções' para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais, no entanto, mantém a responsabilidade do trabalho doméstico sob a tutela de outra mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007 apud SANTOS; SILVA, 2021).

Esse formato de delegação carrega junto de si as desigualdades de classe, raça, gênero e capacidade. São as mulheres com maior poder aquisitivo que contratam os serviços de mulheres pobres e periféricas e, em sua maioria, negras ou pardas, das favelas e subúrbios de sua cidade. Da mesma forma, é real que empregadas domésticas, babás e diaristas também exerçam uma delegação do trabalho doméstico e familiar a outras mulheres. Isso torna muito claro que as condições desfavoráveis trazem consequências muito diferentes sobre a vivência dessas mulheres e de seus filhos e filhas. Falar de gênero é, sempre, lembrar que esse modelo continua a excluir os homens das principais problemáticas e nem fazem parte desse debate final, por nunca serem eles responsáveis (HIRATA; KERGOAT, 2007 apud SANTOS; SILVA, 2021).

Ademais, diante de outras perspectivas, se observarmos a falta de trabalho durante a pandemia, diversas mulheres começaram a pensar e repensar a possibilidade da prostituição como uma forma de renda para garantir a subsistência familiar, pois inúmeras famílias não possuíam apoio financeiro de familiares e

conhecidos. Portanto, muitas mulheres tiveram que partir para uma situação de desespero, reforçando a percepção da mulher como um mero objeto dos homens.

Em depoimento, uma dessas mulheres, que necessitou recorrer à prostituição para cuidar do filho, disse: “Quando a miséria prevalece e o filho chora de fome, certos constrangimentos se dissolvem” (PEREIRA, 2021).

As mulheres que, mesmo antes da quarentena, já exerciam única e exclusivamente o trabalho doméstico não remunerado, chegaram aos limites da exaustão nesse período, pois o trabalho se duplicou com a presença de toda a família na casa, em todos os momentos do dia, além, inclusive, das tarefas já existentes, como cozinhar, arrumar, lavar, limpar e estar disponível emocionalmente para o núcleo familiar. O COVID-19 não impôs somente o medo do adoecimento e o risco de morte, mas uma nova sobrecarga emocional, em muito transferida para as mulheres e pelas mesmas carregada. Acabar com um vírus invisível é análogo ao trabalho doméstico, porque ambos parecem não ter fim (DUARTE, 2020).

Para mulheres com filhos, além de serem também responsáveis por atividades e cuidados com as crianças, nesse período sem escolas, creches e locais de lazer, em muitos casos a própria educação e o aprender se voltaram para as mães que tinham de ajudar nas lições e atividades da escola. Naquele momento as escolas já estavam em modo de ensino remoto, isso quando se tinha condições para se ter acesso à esse novo tipo de educação, que exigia tecnologia. O acesso à internet, aparelhos capazes de realizar tais atividades e computadores nem sempre estavam presentes. Quando não, a educação dos filhos era mais uma preocupação para se carregar (DUARTE, 2020).

Em uma sociedade que se sedimenta em uma cultura patriarcal, machista, sexista, capacitista, racista e capitalista, o discurso de que é possível ser produtivo no trabalho em casa pode determinar a consolidação de estruturas de divisão sexual do trabalho em nível internacional. No ano de 2019, no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 32,1 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres. E muitas vezes, era o trabalho informal, que sustentava (e sustenta) inúmeras famílias lideradas por essas mulheres, mães solas, que muitas vezes foram

abandonadas pelos maridos e tiveram de assumir o cuidado e a educação de seus filhos, sozinhas (MENDES, 2020).

2.3 OUTRA PANDEMIA QUE NÃO TEVE PAUSA: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Como abordamos inicialmente, devido à pandemia do COVID-19, as famílias tiveram que se isolar em seus lares para evitar a disseminação e contaminação por meio do vírus. Com isso, as mulheres começaram a passar mais tempo com seus companheiros e principalmente a depender financeiramente dos mesmos. E assim, alguns homens, sentindo que podiam exercer poder e posse sobre a mulher, começaram a controlar tudo que elas faziam; qualquer coisa que ia contra essa expectativa errônea, levava-os para a agressão. Na pandemia, diversos episódios de violência doméstica resultaram, também, em casos de feminicídio.

Segundo o documento “*Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de Gênero na resposta*”, publicado pela ONU Mulheres (2020), enfrentar uma quarentena é um desafio para todos, mas para mulheres em situação de vulnerabilidade pode ser trágico. No Brasil, onde a população feminina sofre violência a cada quatro minutos e em que 43% dos casos acontecem dentro de casa, essa preocupação é real e assombrosa.

A pesquisa realizada por *Gênero e Número* e *SOF – Sempre Viva Organização Feminista*, diante de 2.641 participantes, encontrou que cerca de 91% das mulheres acreditam que a violência doméstica aumentou durante o isolamento social. Assim, ao serem questionadas sobre sua experiência pessoal, apenas 8,4% das mulheres afirmaram terem sofrido algum tipo de violência; esse percentual se agrava perante as mulheres de renda baixa (SOF, 2020, p. 17).

No Brasil pré-pandemia, os índices de violência doméstica já eram bastante elevados: de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, a cada dois minutos uma mulher realiza registro policial por violência doméstica no país, o que totalizou, em 2018, 263.067 casos de lesão corporal dolosa (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). De acordo com o mesmo documento, em 2018, foram contabilizados 66.041 registros de estupros, ou seja, uma média de 180 casos por dia, dos quais 81,8% praticados contra mulheres ou meninas. Estima-se que, no Rio de

Janeiro e em São Paulo, o número de casos durante o período de confinamento tenha aumentado em 50% (MARIANI; YUKARI; AMÂNCIO, 2020), dado que pode ser ainda maior, eis que o isolamento social dificulta sobremaneira os registros de ocorrências nas delegacias de polícia. (MENDES, 2020)

Desta forma, torna-se perceptível que as mulheres, ao exporem a sua vivência, deixam de declarar a verdade, temendo que algo aconteça com seus companheiros, que de certo modo afetaria o seu modo de subsistência, já que a maioria dependia e ainda depende dos mesmos para sobreviver financeiramente, principalmente na pandemia.

Outrossim, ainda sobre a pesquisa, as mulheres negras são as que mais alegam sofrer violências de seus companheiros, com atitudes como por exemplo, trancá-las em casa, bater e espancar, quebrar objetos, insinuar que possuam amantes, procurar mensagens no celular e desqualificá-las como mães e sexualmente, alegando que procurariam outra companheira.

Dessa maneira, ao estar de certo modo aprisionadas com seus companheiros, as mulheres não possuíam oportunidades de procurar ajuda; ainda, recebiam ameaças tanto de violência físicas como de morte, caso os denunciassem. Infelizmente, a pandemia agravou a situação da violência cometida contra a mulher, principalmente a violência psicológica, pelo fato da maioria não possuir um trabalho (fonte de renda) para poder sobreviver.

3 CONCLUSÃO

Diante deste cenário de constante instabilidade nessa pandemia que ainda vivenciamos, mesmo com a vacinação indo para a oferta da 2ª dose de reforço⁴, o vírus ainda está presente; muitos lugares retornam agora à sua funcionalidade, como Universidades Federais e ambientes de atendimento ao público. São as mulheres que carregam os custos físicos e emocionais mais duros de todo esse período. Tal fato continua a acontecer por decorrência de uma herança colonial, racista, classista,

⁴ No Brasil hoje, 462 milhões de doses foram aplicadas, 170 milhões de pessoas se vacinaram e 79,8% da população está totalmente vacinada - checado em 19/07/2022 - última atualização em 2 dias anteriores - Fonte: Our World in Data.

sexista e capacitista que ainda sustenta as bases estruturais da economia, trabalho e sociedade.

Desta forma, após o aprofundamento desse estudo, temos como resultado que a maioria das mulheres no nosso país, principalmente mulheres negras, pobres e com alguma deficiência, enfrentaram uma realidade de enorme vulnerabilidade e que os abismos de desigualdades gerados pelo período pandêmico só demonstraram a falta de preparo social, político e humanizado de nossa sociedade.

A necessidade de inúmeros ajustes que auxiliem a evitar a exacerbação de desigualdades duradouras nunca foi tão crucial à medida que nos recuperamos desta crise. Debates e escritos científicos que possibilitem reflexões e evidências são fundamentais. Como diz Silvia Federici (2021), "é necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam para entender que mudança social é necessária".

4 AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as mulheres fortes, persistentes, resilientes e capazes que provam a cada instante que são potências em meio ao caos e as dificuldades de se viver em nosso país. As mulheres negras, deficientes, periféricas, loucas, mães solas, deusas da vida real.

Agradecemos a nossas mães, que são nossa inspiração maior, onde se inicia o que somos e o amor que entregamos ao mundo, e que durante a pandemia foram um apoio sem igual para resistirmos.

Agradecemos a nossas irmãs de sangue, as quais muito nos orgulham em cada caminho que escolhem trilhar e no ombro amigo para dores existenciais.

Agradecemos a nossas irmãs que não são de sangue, amigas, companheiras de luta e irmãs dos caminhos, das quais é uma alegria saber que existem e por existirem somos mais fortes.

Enfim, agradecemos ao útero, por jogar sementes e fazer brotar um campo de mulheres que não soltam as mãos umas das outras e não pestanejam ao colocar o

dedo na ferida do machismo, do sexismo, do preconceito, da ignorância, do capacitismo, do racismo e do capitalismo.

Seguimos juntas e resistentes. Sigamos.

WORK AND CARE: THE ONE WEIGHT SCALE AND TWO MEASURES ABOUT WOMEN DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

This article aims to demonstrate how social inequality, specifically in what concerns women, affected the workday and home care, with the home and family, during the COVID-19 pandemic. The study is based on the analysis of secondary data, with a literature review on the subject and has a qualitative and descriptive nature. In this way, the text demonstrates that, during this period of isolation, women became more susceptible to unemployment and domestic violence, resulting, in a way, in the reproduction of patriarchy. It is concluded that the pandemic has further aggravated the precarious situation in which women find themselves in our society, devaluing their potential in the labor market, as well as their redoubled role that they have in taking care of their home and family members during this emergency period.

Keywords: Women. Pandemic. Job. Caution. Inequality.

5 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BOCK, Geisa Letícia K.; GOMES, Débora Marques; BRECHE, Rose Clér E. A experiência da deficiência em tempos de pandemia: a acessibilidade e ética do cuidado. **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, nº2, Edição Especial 2020. PPGE - UNESC – ISSN 2317-2452.

CARVALHO, Ana Maria A; CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro S; ALMEIDA, Maria Alice de; BASTOS, Ana Cecília de S; Mulheres e Cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? **Paidéia**, 2008, 18(41), 431-444. Disponível em www.scielo.br/paideia. Acesso em: 15 jun. 2022.

CAROSIO, Alba. La ética feminista: Más allá de la justicia. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, v. 12, n. 28, p. 159-184, 2007. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-37012007000100009&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 20 jul. 2022.

DUARTE, Joana das Flores. **Gênero, quarentena e Covid-19: por uma crítica ao trabalho doméstico, por uma crítica ao trabalho doméstico.** 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/genero-quarentena-e-covid-19-por-uma-critica-ao-trabalho-domestico/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FEDERICI, Silva. **A caça às bruxas e o feminismo.** 05 maio 2021. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/caca-as-bruxas-feminismo/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, June 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Estatísticas do cadastro central de empresas: 2020**, Coordenação de Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/pesquisa-ibge-mulheres-mercado-de-trabalho-23jun-2022.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MELO, Hildete Pereira De. **A vida das mulheres em tempos de pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.fes-brasil.org/detalhe/a-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MENDES, Janaína D. Silvestre. As mulheres frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **Metaxy**, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ. ISSN 2526-5229.

SANTOS, Dayse Amâncio dos; SILVA, Laurileide Barbosa da. **Relações entre trabalho e gênero na pandemia do Covid-19: o invisível salta aos olhos.** Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p.10-34, 2021.

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Women at the core of the fight against COVID - 19 crisis.** 2020. Disponível em: [Women at the core of the fight against COVID-19 crisis - OECD \(oecd-ilibrary.org\)](https://www.oecd-ilibrary.org). Acesso em: 20 jul. 2022.

ONU MULHERES BRASIL a. **GÊNERO E COVID-19 NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: dimensões de gênero na resposta.** Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

ONU MULHERES. **Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19.** [s.l.] Organização das Nações Unidas, 26 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-dos-esforcos-de-resposta-a-covid-19-apontam-mulheres-lideres/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ONU MULHERES BRASIL c. **Trabalhadoras domésticas fazem campanha por direitos durante a pandemia Covid-19 e articulam apoio da cooperação internacional.** 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazemcampanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacaointernacional/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SEM parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório: **Gênero e Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista**, 2020. p 05-50. Disponível em: <https://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. **Mulher e mercado de trabalho no Brasil:** um estudo sobre a igualdade efetiva - baseado no normativo Espanhol. São Paulo: LTr, 2016.